



FÓRUM INTERGOVERNAMENTAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

Boletim Informativo Especial

Brasília, 19 de junho de 2006

6º FIPIR Nacional: Pacto pela Igualdade Racial renova compromissos

A abertura do 6º Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (FIPIR) foi marcada pela solenidade de lançamento do Pacto Governamental pela Igualdade Racial. A Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e os Ministérios do Trabalho e Emprego, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Desenvolvimento Agrário, Saúde e Educação repactuaram metas e orçamentos, para reafirmar compromissos e ampliar a promoção da igualdade racial no Brasil.

A cerimônia também serviu para a SEPPIR apresentar as principais ações realizadas nos seus três anos de existência, trazendo informações sobre os avanços obtidos nas ações com os cinco ministérios. Nos próximos dois dias, o Fórum deverá permitir uma análise mais aprofundada sobre as políticas de promoção da igualdade racial, trazendo especialistas para um balanço sobre alguns dos temas importantes trabalhados pela SEPPIR, no âmbito do FIPIR e de outras iniciativas.

O 6º FIPIR marca o reencontro dos gestores e gestoras após o processo de regionalização do Fórum. Entre abril e junho deste ano, mais de 500 pessoas, entre representantes de governos e da sociedade civil, passaram pelos cinco encontros regionais. Dentre os participantes, cerca de 110 eram gestores e gestoras da promoção da igualdade racial, que se reuniram para trocar experiências, receber informações e discuti-las com



Abertura do I FIPIR Norte: Encontro encerrou o processo de regionalização do Fórum

especialistas de Universidades e ativistas do movimento negro.

A região Centro-Oeste foi a primeira a realizar seu encontro, em Goiânia, trazendo como destaque a questão das comunidades quilombolas, presentes principalmente no estado de Goiás. Além disso, a reunião trouxe as demandas de ciganos, pela primeira vez discutidas no Fórum.

O segundo encontro, da região Sudeste, aconteceu em Itabira, Minas Gerais. Marcado pela grande participação de novos gestores e gestoras, o FIPIR Sudeste destacou a importância do fortalecimento institucional das políticas de promoção da igualdade racial e os avanços e desafios à implementação da Lei 10.639/2003.

A cidade de Itajaí, Santa Catarina, foi a anfitriã do FIPIR Sul. O encontro inaugurou a discussão do tema segurança

pública com ênfase na juventude negra, além de trazer a questão dos refugiados africanos, que chegam ao país também através dos portos da região.

Recife e Olinda, em Pernambuco, receberam o FIPIR Nordeste. As discussões se voltaram principalmente para o racismo institucional, tema trabalhado pelas prefeituras de Salvador, Recife e, em breve, Fortaleza, por meio do Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI-DFID/PNUD).

A região Norte finalizou o processo de regionalização com o encontro em Palmas, Tocantins, que homenageou a gestora Ione Araújo, falecida poucas semanas antes da reunião. A região pautou pela primeira vez no FIPIR a questão das populações indígenas que vivem na região, além de reforçar a discussão da relação entre gênero, raça e discriminação.

Lei 10.639/2003: Encontros regionais destacam experiências positivas e desafios

A Lei 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da história e cultura da África e dos afro-brasileiros nos ensinos médio e fundamental foi destaque nos encontros Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste.

Com experiência na implementação da lei nas prefeituras de São Paulo e Osasco, a educadora Marilândia Frazão, por exemplo, lembrou que o desafio está em transformar a lei em um compromisso não apenas do professor, mas de todos os gestores: “Se formos analisar, a lei implica na situação sócio-econômica da população negra. Não é ela que está aquém da educação? Não é ela que tem que se ver dentro das escolas? Então temos que ver a lei não como um plano só da Educação, temos que pensar no que ela traz de benefício para a população negra”. Na região Sudeste, a maioria dos municípios participantes do FIPIR tem alguma ação voltada para a implementação da lei.



Marilândia: “A lei implica na situação sócio-econômica da população negra”

No Centro-Oeste, merece destaque o trabalho do governo do Mato Grosso do Sul, onde, além da capacitação de cerca de 7 mil professores e gestores, foi lançado o Caderno Diálogos Pedagógicos. Elaborado em parceria com a Secretaria de Educação/MS, o Núcleo de Estudos Negros e a SEPPIR, o material vem sendo usado para ampliar a sensibilização dos educadores. “Não é uma cartilha para o professor, é um texto que o convida a refletir sobre a desigualdade racial na educação”, afirma Ana Sena, gestora de promoção da igualdade racial no estado.

O Nordeste também vem realizando trabalho importante na implementação da lei. Todos os estados presentes no FIPIR Nordeste instituíram Fóruns Permanentes de Educação, uma iniciativa de abrangência nacional resultante da parceria entre as secretarias estaduais de Educação, os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs) e sociedade civil, sob a coordenação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) do MEC. Os Fóruns têm como objetivo incentivar

ações para a implementação da lei 10.639 e a promoção da igualdade racial no sistema de ensino. Para o coordenador do NEAB da Universidade Federal do Alagoas (UFAL), Moises Santana, a criação de fóruns semelhantes nos municípios é essencial, para orientar, apoiar ou cobrar das secretarias de educação a implementação da lei. O encontro

permitiu a troca de experiência entre os municípios participantes, destacando experiências como as de Salvador, que elaborou material de referência para a formação dos professores; Recife, que também tem realizado cursos de formação; Vitória de Mearim (MA), que desenvolveu um trabalho interdisciplinar, com arte, história, teatro, literatura de cordel, e parceria com a Universidade Federal do Maranhão para qualificar professores; e Aquiraz (CE), onde a secretaria de educação elaborou uma publicação com pesquisa dos próprios alunos.

Diálogo FIPIR e CNPIR sugere ampliar a participação da sociedade civil

O processo de regionalização do FIPIR foi marcado pela aproximação entre o Fórum e o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR), presente em todos os encontros, com a participação de sua Secretária-Executiva, Oraidá Abreu, ou de conselheiros, como João Bosco, Elaine Oliveira, Mônica Oliveira e Nelson Inocência, representantes da sociedade civil no CNPIR nas diversas regiões.

O contato foi importante para uma reflexão sobre o papel da sociedade civil no controle social, ajudando a difundir a idéia de criação de conselhos estaduais e municipais de promoção da igualdade racial. A aproximação resultou também na sugestão de que os conselhos – municipais, estaduais e federal – ampliem a participação da sociedade, com a inclusão de representantes da juventude, da

cultura e de religiões de matriz africana. A conselheira Mônica, da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG) no Nordeste, ressaltou a importância do acesso a mais informações sobre os programas implementados pelo governo: “Para exercer um controle qualificado, precisamos saber do orçamento, dos projetos desenvolvidos, etc.. Isto vem sendo reivindicado por vários conselheiros”.

Para Oraidá, a crítica ao Conselho é bem vinda e construtiva: “Esta é uma construção coletiva, o Conselho precisa ser argüido. Esta consciência crítica é fundamental ao conselheiro”. Segundo ela, o CNPIR deverá ser redimensionado em 2007 para atender a demanda de maior representação da sociedade e de outros grupos étnicos.

Titulação: “Terra quilombola é tão importante quanto a terra indígena”

A regularização fundiária continua sendo uma das principais demandas das comunidades quilombolas. “Sem a regularização eles não têm como se sentirem seguros no espaço em que vivem. Até porque negro não vive no ar, negro precisa da terra para sua subsistência. A terra para os quilombolas é tão importante quanto as terras indígenas para os índios”, afirma o gestor do Tocantins, Luiz Carlos Benedito.

Presente ao encontro do Centro-Oeste, que contou com grande participação de municípios com comunidades quilombolas, o Sub-secretário de Comunidades Tradicionais da SEPPIR, Carlos Eduardo Trindade, reconhece que o processo de titulação costuma ser demorado mas ressalta que, diferente do que acontecia anteriormente, o título garante que a área tenha sido totalmente desapropriada: “Quando chegamos ao governo, existiam 743 comunidades quilombolas reconhecidas - hoje o governo reconhece a existência de 2.250 comunidades”.

Para Maria Nascimento, gestora na cidade de Alcântara,



Deumar e Domingos, de Flores de Goiás, cidade que se originou de um antigo quilombo

no Maranhão, a regularização fundiária é apenas o primeiro passo: “Eles enfrentam ainda a falta de posto de saúde, de escola, ou de um orelhão para que possam se comunicar”. Trindade diz que ainda há muito a se fazer, mas destaca avanços como a inclusão do Programa Brasil Quilombola (PBQ) no orçamento da União. Isso permitiu disponibilizar recursos para inde-

nizações e reconhecimento da demarcação e desenvolver ações de apoio ao desenvolvimento local sustentável, capacitação de agentes comunitários e professores, entre outras. Segundo ele, os governos dos estados e municípios exercem papel fundamental na implementação do PBQ já que o programa não consegue operar em uma relação direta entre governo federal e quilombolas.

Gênero e raça: Em pauta dimensões estruturantes da discriminação

Junto da desigualdade racial, a desigualdade de gênero. O FIPIR trouxe a questão para o centro da discussão, introduzida em 2005 a partir da parceria com o UNIFEM – Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher. Na reunião Centro-Oeste, a especialista do Ministério da Saúde, Rurany Silva, apontou para a discriminação, em geral invisível, das mulheres na sociedade. E deu exemplos: “Ao se pensar acesso à terra, considera-se a mulher como titular ou sempre só o marido ou filho mais velho?”. No Nordeste, um grupo de trabalho também se dedicou a elaborar propostas para a redução das desigualdades de oportunidades entre homens e mulheres.

A região Norte tratou especificamente da relação entre gênero, raça e discriminação, com a palestra de Luiza Bairros, do Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI/DFID-PNUD). Segundo Luiza, esta relação se torna evidente quando observamos que o sexismo atinge de forma



Luiza: “Racismo e sexismo são fenômenos irmãos”

diferente mulheres negras e brancas, assim como negros e negras não vivenciam o racismo da mesma forma: “O racismo e o sexismo são fenômenos irmãos na medida em que têm como referência o corpo das pessoas – muitas vezes é difícil separar o que é efeito do racismo ou do sexismo, um não existe sem o outro”.

Luiza conta que a tendência atual é de não tratar esta questão como uma somatória de discriminações, mas pensar uma matriz de discriminações envolvendo diversos aspectos que se relacionam: gênero, raça, orientação sexual, região de origem, etc. Tem-se, então, uma interseccionalidade dinâmica de discriminações. “O desafio que se coloca para quem propõe, elabora e implementa políticas públicas é o de tornar visíveis essas interseccionalidades – quais os aspectos de gênero da discriminação racial e quais os aspectos raciais da discriminação de gênero”.

Combate ao racismo institucional desmistifica idéia de democracia racial

O racismo institucional foi um dos principais temas de discussão durante o FIPIR Nordeste. O professor Moises Santana, do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) da Universidade Federal do Alagoas (UFAL), iniciou o debate trazendo um histórico da formação da identidade do povo brasileiro até chegar ao mito de democracia racial de Gilberto Freyre, um dos maiores obstáculos ao combate ao racismo. “Vivemos cotidianamente esta tensão do



FIPIR Nordeste: Combate ao racismo institucional foi um dos temas centrais do debate

não olhar a questão racial. Muitas vezes o silêncio ou o entrave para políticas não andarem são faces do racismo institucional”, afirma.

Para Antonio Cosme, gestor em Salvador, é preciso reconhecer o papel histórico do Estado brasileiro na promoção das desigualdades raciais: “Costuma-se falar em um ‘racismo à brasileira’, que seria diferente de outros países, como a África do Sul, onde a discriminação estava na própria Constituição. Mas na verdade vamos ver que também tivemos leis que definiam que o negro não era ser humano, leis discriminatórias como a lei da Terra de 1850, o Código Criminal de 1891, entre outras. A própria independência do Brasil manteve a escravidão”.

Luiza Bairros, coordenadora do Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI-DFID/PNUD), afirma que o combate ao racismo institucional é condição para que o debate sobre a questão racial se instale: “Não há possibilidade de promoção da igualdade racial sem combater o racismo – as pessoas não conseguem ver a relação entre as desigualdades raciais e o racismo, por isso é importante evidenciar”.

Outro ponto importante é a necessidade da transversalidade da questão racial nas políticas públicas, já que o racismo atravessa a sociedade como um todo. Neste sentido, Luiza aponta uma contradição que deve ser encarada: “Por um lado a criação de órgãos que tratam da questão racial surge como uma conquista, com grande parte de nosso trabalho na articulação, que faz acontecer por meio de outros setores. De outro, se configura também como um problema – nossa presença nestes órgãos não pode significar nossa ausência nas outras secretarias e espaços de elaboração e decisão.”

Luiza enxerga agora um momento de redefinição ideológica: “Havia uma unidade branca no país, tanto de esquerda como de direita, que acreditava na democracia racial. Hoje este consenso se perdeu e a elite se dividiu em relação à questão racial - estamos vendo isso na questão das cotas”. Por outro lado, se o movimento negro se unificava no esforço de desmistificar esta idéia, este também é um momento de redefinição para o movimento, que busca se unir em torno de novas bandeiras.

:: CURTA ::



Paulino Cardoso, coordenador do NEAB da UDESC

FIPIR inicia parceria com NEABs das Universidades

A regionalização marcou também o início da parceria entre FIPIR e Universidade, por meio dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs). A proposta inicial é que as Universidades promovam, através de seus cursos de extensão, atividades para a capacitação dos gestores de promoção da igualdade racial. A Ministra Matilde Ribeiro ressaltou como ponto positivo desta parceria o caráter de continuidade da Universidade, em contraposição à característica cíclica da gestão pública. A Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) foi a primeira a se tornar parceira do FIPIR, seguida pelas Universidades Federais de Alagoas (UFAL), Tocantins (UFT) e Brasília (UnB).

Realização:

